

Acórdão nº 9.321/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 20.072.2015-01-TCE (Processos nºs 14.753.2011-00 e 14.646.2002-69 - Apenso)

ASSUNTO: Pedido de Revisão da Decisão contida no Acórdão nº 8.880/2014 e Parecer Prévio nº 526/2014, exarada nos autos do Processo nº 14.753.2011-00 (Recurso de Reconsideração) e no Acórdão nº 6.972/2010 e Parecer Prévio nº 425/2010 do Processo nº 14.790.2003-46 (Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2002)

RESPONSÁVEL: Senhor Francisco Tavares de Souza

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias

Pedido de Revisão. Prestação de Contas. Prefeitura. Conhecimento. Provimento Parcial. Reformular Parecer Prévio nº 526/2014 para considerar, com fulcro no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, irregular a Prestação de Contas. Exclusão do item 2 do Acórdão nº 8.880/2014.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**, **conhecer** o Pedido de Revisão, por ser próprio e tempestivo e, no mérito, dar-lhe **provimento parcial**, determinando as seguintes providências: **1) reformular** o Parecer Prévio nº 526/2014 para considerar, com fulcro no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, **irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, exercício orçamentário e financeiro de 2002, de responsabilidade do Senhor **Francisco Tavares de Souza**, Prefeito Municipal, em face das seguintes ocorrências: **a)** “falha na elaboração do Orçamento, onde não foi observado o limite para acréscimo da despesa de pessoal de que trata o artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal, também não sendo observado o limite para reserva de contingência, percentual e forma de utilização, não sendo também estabelecida na LDO”, e **b)** “aplicação incorreta dos recursos do FUNDEF, não atendendo, assim, o inciso XII, do artigo 60, do ADCT da CF/88”; **2) excluir** o item “2” do Acórdão nº 8.880/2014. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 29 de outubro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

(Acórdão nº 9.321/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02)

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC